

UM TESTEMUNHO

José Mindlin

O curso* deve ter sido fascinante, e eu, vendo o programa — que, aliás, foi muito bem apresentado, num livrinho ilustrado que dá vontade de conservar — fiquei com muita pena de não ter podido acompanhá-lo, mesmo sem convite da Telê... Muito bem planejado, o curso apresentou um belo panorama, de um período da vida brasileira riquíssimo em realizações, e inovações, um meio século que transformou o Brasil “essencialmente agrícola” da Velha República num país bem diferente, muito estimulante, cheio de vitalidade. É verdade que com muitos problemas, mas com excepcionais perspectivas. Para mim, que vivi esse período com bastante intensidade, a simples enumeração dos temas provocou uma emocionante lembrança de experiências bem variadas, pois participei de muita coisa, tanto no campo cultural, como no terreno social e político. Minha formação cultural começou, como podem imaginar, bem antes de 1945, e pude sentir as mudanças de bem mais de meio século, com certeza mais profundamente do que muitos participantes do curso, para quem boa parte das exposições deve ter impressionado como relato histórico, e não como experiência vivida. Não creio que seja preciso acentuar como a televisão impressiona quem nos anos 20 só ouvia rádio de galena, ou que impacto traz a música contemporânea para quem ouviu as primeiras apresentações de Villa Lobos, num momento em que boa parte da platéia não aceitava a idéia de que “aquilo” fosse música, ou quem assistiu o começo do cinema falado! Em literatura, nem se fala. Na Semana de Arte Moderna eu ainda era criança, mas quando saiu a *Revista de Antropofagia* e *Macunaíma*, eu já tinha começado a ser um leitor inveterado, e me lembro muito bem do choque que essas novidades provocaram. Em matéria de política, ter vivido o Estado Novo, e participado dos esforços para sua derrubada, ou ter tido nos anos 30 e 40 contato direto com as migrações provocadas pelo nazi-fascismo, e acompanhado a Segunda Guerra, assim como ter vivido o período militar, faz com

(*) Palestra do Dr. José Mindlin no Encerramento do Curso “Caminhos da Cultura Brasileira”, no IEB, em 28 de julho de 1995.

que a simples referência a esses fatos torne muito vivas lembranças que pareçam meio apagadas. Assistir às aulas de Levi-Strauss, Braudel ou Roger Bastide, e acompanhar a fundação e a evolução da USP, é coisa que dá grande relevo à análise do que aconteceu no ensino desde aquela época. E houve uma infinidade de mudanças na vida brasileira. O país se desenvolveu enormemente, de modo especial no campo econômico, mas os problemas sociais se agravaram muito, e o Brasil, de 1945 para hoje, tem uma complexidade incomparavelmente maior do que a de minha mocidade. Ter, pois, os olhos abertos para a vida desde o final dos anos 20 até agora, é um privilégio que o programa deste curso me fez sentir de forma muito acentuada. Minha formação cultural naturalmente continuou de 1945 até agora, e continua, aliás, pois a gente vive aprendendo. Perdoem-me, por isso, esta expansão, que pode parecer a vocês fora de propósito, mas que tem para mim um grande conteúdo sentimental.

Na realidade, não me cabia, nem me cabe, comentar o curso, tanto mais que não me foi possível acompanhá-lo. Não resisto, no entanto, à tentação de fazer uma observação sobre o programa, que talvez não tenha procedência, mas que é fruto de deformação pessoal de quem, durante a vida inteira, foi e continua sendo um leitor permanente, indisciplinado, infatigável e incorrigível: senti falta, no programa, de uma palestra específica sobre o livro e a leitura. Se estou enganado, e se o assunto foi adequadamente abordado, caso em que minha observação não tem razão de ser, tanto melhor, mas achei que devia formular a objeção, para ver a dúvida esclarecida. Tanto mais que o hábito da leitura é certamente um dos caminhos da cultura brasileira que não pode deixar de ser indicado. Estou certo de que todos os que aqui se encontram dão ao livro seu devido valor, e consideram, como eu considero, que a leitura é um instrumento básico de desenvolvimento cultural. Mas pergunto se os problemas da edição e da distribuição do livro foram analisados, e se foi mencionado o imperativo de se criarem, através do país, bibliotecas públicas em número suficiente, para que a leitura não exija necessariamente a aquisição do livro, hoje dificultada pelo problema de custo? Teriam sido discutidas formas de criar e incentivar o hábito da leitura, especialmente numa época em que o livro se vê ameaçado pelos novos meios tecnológicos de comunicação? Talvez possamos conversar um pouco a respeito disso, no bate-papo que espero que aconteça depois desta exposição.

Mas vamos à busca dos caminhos. Para começo de conversa, e como começo das indagações, não vejo bem como falar especificamente da cultura brasileira, ao invés de falarmos pura e simplesmente de cultura em geral, ou, se preferirem, de desenvolvimento cultural brasileiro. As dúvidas de que falei de início se referem principalmente ao conceito de cultura. Será que todos os temas incluídos no programa podem se incluir no campo da cultura? Todos dão aspectos da vida brasileira, e todos são importantes, mas não estaremos por acaso dando à cultura uma abrangência um tanto exagerada? Reconheço que essa abrangência é perfeitamente defensável, mas, do meu ponto de vista pessoal, neste momento preferiria estabelecer certos limites, até mesmo para vermos com a possível clareza aquilo de que estamos tratando quando se fala

de procurar caminhos. É o que eu vou tentar fazer. Cultura existe no Brasil pelo menos desde a Independência, e existiu também até mesmo no período colonial, mas sempre foi coisa de difícil definição, e limitada a um círculo restrito. Tradicionalmente, ligou-se o conceito de cultura à educação, mas isto parece que deixou de ser uma verdade indiscutível, tanto assim que a Cultura deixou de fazer parte do Ministério da Educação. Mas isto seria apenas um aspecto formal, e o que me preocupa no momento é o conceito. É verdade que a forma e o conceito de certo modo se confundem, porque, ao falarmos de caminhos da cultura, ou dos descaminhos, o que estamos buscando, e o que atualmente está na ordem do dia em nosso meio, é a definição do papel do Estado nesse assunto, e da sociedade como um todo, ou melhor dito, do Governo e do setor privado, tanto na Educação, como em nosso desenvolvimento cultural. Se considerarmos que a educação é o meio de se adquirir conhecimento, e a cultura aquilo que, a par da Educação, ou como seu complemento, nos oferece, além do conhecimento, a possibilidade de uma visão do mundo, teremos um princípio de diferenciação, mesmo que o assunto continue um tanto vago. Se essa definição for admitida — e sou o primeiro a concordar que o problema não se resolve com isso — podemos imaginar que pode haver educação sem cultura, mas que é difícil chegar à cultura sem uma base educacional prévia.

Precisaríamos então falar um pouco de educação, antes de entrar no terreno da cultura. Dizer que a educação no Brasil vai mal, especialmente se estivermos falando do ensino básico, mas não apenas dele, é falar do óbvio, pois estou certo de que todos aqui presentes acham isso. Mas a prática brasileira está mostrando que não basta as coisas serem óbvias para serem adequadamente tratadas. O primeiro e o segundo grau estão longe de ser satisfatórios, mesmo nos grandes centros. Que dizer, então, no país como um todo? Ora, se é difícil chegar à cultura sem uma base educacional prévia, o aperfeiçoamento do ensino, a reciclagem dos professores, e a valorização moral e material da carreira de professor, são caminhos que devem ser obrigatoriamente percorridos para o nosso desenvolvimento cultural.

A propósito de uma definição mais ampla ou mais restrita de cultura, senti, aliás, pessoalmente o problema quando, há vinte anos atrás, fui convidado para ser Secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia de São Paulo, na Secretaria que o novo governo pretendia criar. Cultura, na ocasião, tinha o sentido convencional de preocupação com as artes e as ciências humanas, e procurei mostrar que não se podia confundir com a Ciência e a Tecnologia. Parecia-me desaconselhável a unificação desses campos. O argumento em contrário foi de que tudo era cultura, o que justificaria o projeto. Acabei aceitando o convite, mas isso por outros motivos. Continuava a achar, no entanto, que, embora filosoficamente tudo pudesse ser considerado cultura, na prática tratava-se de dois mundos diferentes, cada um com missões e primadonas diferentes. Consegui conviver por um tempo com esses dois mundos, mas o próprio tempo comprovou que a identificação não se justificava, tanto que a Secretaria acabou por se desdobrar em duas. É verdade que hoje tenho dúvidas que na ocasião não tinha, pois atualmente a tecnologia, e

por tabela a ciência, tendem a permear, para o bem e para o mal, todos os campos da vida humana, e disso a cultura também não escapa. A informática vem mudando as formas de criação e comunicação, e as inovações tecnológicas vêm ocorrendo em ritmo tão acelerado, que é imprevisível a situação que possamos ter de enfrentar até mesmo nos próximos anos. De modo que acabamos tendo de reconhecer que ainda vamos ter de conviver com uma boa dose de confusão. Ou então chegar à conclusão que Ciência e Tecnologia ficaram faltando no curso...

O que se discutia naquela ocasião, no entanto, era a cultura em sentido restrito. O que hoje eu gostaria de imaginar, ao falarmos de caminhos para a cultura brasileira, é a cultura no seu sentido mais amplo, de compreensão do mundo em que vivemos, para que possamos estender ao maior número um sentido espiritual de vida, que ainda é um privilégio de camadas muito restritas. Além disso, tenho dúvidas em falar de cultura brasileira, e não de cultura em geral. Preferiria, aliás, que pensássemos mais em desenvolver cultura *no* Brasil, do que *do* Brasil.

Reconheço, entretanto, que, se insistir neste conceito mais amplo, corro o risco de entrar no terreno da utopia, de modo que vou me limitar a sugerir caminhos que tanto podem se aplicar à educação, como à cultura no seu sentido convencional. Como aprofundar o conhecimento e a ação nas artes e nas ciências humanas em geral? Quem deve fazer isso? Vou tentar uma resposta, mas aqui também — tenham paciência — ainda preciso fazer algumas considerações prévias. Ao falar em caminhos da cultura brasileira, não creio que se possa pensar apenas no presente e no futuro, ignorando o passado, pois temos no Brasil um precioso legado cultural, que deve ser preservado. E não é fácil predeterminar caminhos, pois o desenvolvimento cultural é um processo em permanente mutação, e quaisquer que sejam os caminhos escolhidos, devem se ajustar a essa evolução. É verdade que também podemos provocá-la. Creio, aliás, que não só podemos, como devemos fazer isso.

Vejo no campo cultural três vertentes fundamentais: idéias, recursos e ações. Não adianta muito buscar, e mesmo obter recursos, sem que se tenha idéia de como aplicá-los adequadamente. E menos ainda se pode pensar em ações antes de definir idéias e assegurar os recursos. Para mim sempre foi essencial, em qualquer situação, planejar o desejável, e só depois disso ver o que é possível. Mas isso é mais difícil quando já existe um processo em curso, e não estamos iniciando um projeto cultural. No caso brasileiro, o que podemos fazer, portanto, é analisar o que existe no campo cultural, detectar as falhas, tentar corrigi-las, e encontrar fórmulas de ação.

Ora, o que está sendo feito nesse campo é muito pouco, não só em relação ao que seria desejável, como também ao possível. Tradicionalmente, quando falamos em desenvolvimento cultural, quase instintivamente pensamos no Estado — o grande responsável é sempre o Governo, tanto no plano federal, como no estadual ou municipal. Vamos ver logo mais que este é o engano básico, do qual decorrem os descaminhos existentes. Vale a pena um rápido exame do que está acontecendo.

O Ministério da Cultura foi criado em substituição à Secretaria da Cultura

do MEC, o que me pareceu um equívoco, ou pelo menos uma medida de baixa prioridade, uma vez que seria uma esperança vã pensar que do Ministério iria resultar maior desenvolvimento cultural, quando, na realidade, o que deveria ser feito, seria desenvolver no próprio MEC a cultura a tal ponto, que fosse imperativa a criação de um ministério específico, justificando-se então o custo que uma nova estrutura viria a acarretar. Como, no entanto, o Ministério foi criado, de forma aparentemente irreversível, não há muito sentido em discutir a decisão, e o que nos cabe agora é conseguir que funcione da melhor forma possível. De certo modo o mesmo se aplica às Secretarias de Cultura estaduais e municipais.

Em matéria de desempenho histórico do Ministério da Cultura, o mínimo que se pode dizer é que ele não se caracteriza por uma grande eficiência, mas todos esperamos que, neste novo Brasil em que estamos vivendo, a situação se modifique, dado o próprio nível cultural das pessoas que compõem a nova administração brasileira. Vamos pois, procurar caminhos, sem ficarmos nos lamuriando pelos descaminhos, que não faltaram, e que ainda existem.

Dois caminhos já indiquei: o estímulo à leitura, e a melhoria do ensino básico, acompanhada de melhoria na situação dos professores.

A clássica alegação para explicar o fraco desempenho da cultura sempre tem sido a falta de recursos alocados pelo Estado. Culpar o Estado é uma posição cômoda, e criticar sua ação, ou inação, é coisa muito fácil. Mas a crítica é procedente apenas em parte, pois se baseia na idéia errada que há pouco mencionei, de que o responsável pelo desenvolvimento cultural é o Estado, e apenas o Estado, o que não se justifica. Cultura é, sem dúvida, uma das atribuições do Estado, mas certamente não é apenas sua, pois a responsabilidade pelo desenvolvimento cultural cabe a todos nós, é uma responsabilidade da sociedade como um todo — governo e setor privado.

Admitida essa premissa, creio que começamos a encontrar um caminho viável em meio à confusão reinante no emaranhado que o campo cultural apresenta. Esse emaranhado decorre, a meu ver, da falta de uma adequada definição do que cabe ao Estado, e do que deve ser responsabilidade do setor privado. Talvez seja mais correto falar numa adequada divisão do trabalho, já que eu disse há pouco que a responsabilidade é de todos. Vamos tentar seguir por esse caminho. Uma primeira divisão, mais ampla, seria dividir a cultura em dois campos: de um lado, a conservação do que existe, e, de outro, a ação cultural, presente e futura. Com todas as ressalvas que qualquer generalização exige, diria que ao Estado cabe a preservação de nosso patrimônio histórico e cultural, a conservação das instituições existentes — como, por exemplo, museus, bibliotecas, arquivos ou orquestras — e a criação de condições para que a ação cultural seja exercida pelo setor privado, e fique fora da esfera e do controle governamental, mesmo que receba seu apoio. Teríamos um Estado conservacionista e indutor de cultura, e um setor privado com a incumbência da ação cultural. É claro que estou simplificando um esquema complexo, para facilitar uma reflexão a respeito, mas não vou ao extremo de imaginar que seja possível uma distinção rígida de funções, direitos ou deveres. Na prática, sempre haverá estreito relacionamento entre governo e setor privado, uma

evidente e saudável parceria. Poder-se-ia dizer que uma parceria já existe, uma vez que os recursos do Estado vêm dos impostos, mas com isso não chegaríamos a qualquer resultado no encaminhamento dos problemas atualmente existentes. Os impostos se destinam a uma multiplicidade de aplicações, nas quais a cultura se insere, mas numa proporção muito pequena, e aliás em si mesma muito menor do que seria necessário. O importante é encontrar fórmulas para viabilizar o desenvolvimento cultural sem impedir ou dificultar em excesso o exercício das outras atribuições fundamentais do Estado. Continuemos, portanto, na busca dos caminhos.

Não pretendo detalhar o que deve ser feito no campo da cultura, pois isso creio que já foi suficientemente abordado durante o curso que se está encerrando agora, e eu mesmo já disse alguma coisa a respeito. Na busca de caminhos, não temos que investigar, creio eu, *o que* deve ser feito, e sim *como* fazê-lo, e com que instrumentos. Mesmo assim, creio que alguns lembretes sobre o que deve ser feito não são inteiramente fora de propósito. Temos de pensar em levar a idéia de cultura ao país inteiro, e não apenas cultivá-la nas capitais, ou em algumas cidades do interior. Temos que pensar em ações que criem raízes, e não apenas em eventos, que são importantes, mas em geral efêmeros. Temos de promover o surgimento de novos valores e talentos, em todos os campos da cultura. O setor privado deve ligar-se às universidades, numa ação cultural conjunta. Repito, com risco de certa monotonia, o que venho falando há muito tempo: o Brasil exige um grande mutirão.

Parece-me evidente, desde logo, que os usuários das atividades culturais devem participar de seu custo, ou seja, contribuir financeiramente, na proporção de suas possibilidades, tanto individualmente, como através de empresas, ou de entidades formadas com esse objetivo.

O papel das empresas é relevante. Tenho dito sempre, aqui também com risco de certa monotonia, que a empresa não é um objetivo em si mesma. Vejo-a como instrumento de desenvolvimento social, e tem por isso responsabilidades que vão além de seu bom funcionamento, embora este seja essencial, até mesmo para o atendimento dessas responsabilidades. Entre estas incluo o apoio à cultura, à educação, e aos problemas sociais da coletividade. Incentivos para isso justificam-se, a meu ver, mais como forma de se detonar um esquema de participação, e não como paternalismo do Estado. O caminho correto é de se criar na sociedade em geral uma nova mentalidade, consciente da importância do desenvolvimento cultural, que não constitui apenas um direito, mas também acarreta deveres.

Exigir que o Estado financie integralmente esse desenvolvimento, seja através de alocação específica de recursos, ou de permanente concessão de incentivos, sem que haja, da parte do setor privado, um esforço correspondente, é o que explica, creio eu, a perpetuação das dificuldades com que lutam os artistas e as instituições culturais, que, de modo geral, enfrentam, para a concretização de seus projetos ou idéias, tanto a burocracia e a falta de recursos da parte do Estado, como a indiferença de uma grande parcela do setor privado. Não sejamos, no entanto, excessivamente críticos, pois muita coisa já vem sendo feita pelo setor privado. Só que, a meu ver, muito mais poderia ser feito.

Em última análise, parece-me que o caminho de um bom desenvolvimento cultural concentra-se, depois das idéias, na existência e na boa distribuição de recursos. Pessoalmente, como disse há pouco, acho que as idéias são um fator fundamental, mas sou forçado a reconhecer que os recursos são indispensáveis, e vou por isso encerrar esta exposição com uma sugestão concreta, sobre a qual venho refletindo e insistindo há muitos anos.

Minha idéia, na verdade meu velho sonho, é a criação de uma entidade de apoio à cultura nos moldes da FAPESP, que recebesse do Estado uma parcela fixa da arrecadação fiscal, e que também fosse administrada com a participação, mas sem controle do governo, por um Conselho de Especialistas dos vários campos culturais. O Estado deixaria de apoiar projetos específicos, e as verbas orçamentárias anuais destinar-se-iam unicamente à conservação do patrimônio, e à cobertura das necessidades de manutenção das instituições públicas existentes. A Fundação de Apoio à Cultura é que financiaria projetos, como faz a FAPESP, e de preferência tendo como condição uma contrapartida variável, como fazem nos Estados Unidos o *National Endowment for the Arts* ou o *National Endowment for the Humanities*, e como tem procurado fazer a *Vitae* no Brasil.

Não se trata de um esquema simples, sou o primeiro a reconhecer, e seria ainda mais complexo se pensássemos desde logo numa fundação de âmbito federal, embora este seja o ideal. Mas poderíamos começar por uma Fundação dessa natureza aqui em São Paulo, como uma espécie de plano piloto, que depois servisse de exemplo para um projeto mais amplo. Seria certamente mais prudente. A complexidade de um projeto como este é muito grande, e é justamente por isso que quis sugeri-lo num ambiente como este, para que se possa iniciar um exame de sua viabilidade.

De todo modo, o fato de um projeto ser complexo não é razão para que seja rejeitado *a priori*. Afinal de contas, raros são os problemas para os quais não existe uma solução. E eu sinceramente espero que este não seja um deles.